



EDITAL SEI Nº 2364273/2018 - SES.UCC.ASU

Joinville, 03 de setembro de 2018.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 250/2018

SEI Nº 18.0.040514-3

NÚMERO DO PREGÃO JUNTO AO BANCO DO BRASIL 734992

O **Município de Joinville**, por intermédio do PMJ/Fundo Municipal de Saúde de Joinville, inscrita no CNPJ sob nº 08.184.821/0001-37, com sede na Rua Araranguá, nº 397, CEP 89.204-310, Bairro América, Município Joinville, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço POR ITEM**, para o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUÍMICOS, SANEANTES E COSMÉTICOS, PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA DA REDE DAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ**, conforme especificações no Anexo I, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, A Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores e demais normas legais, federais, estaduais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste **Pregão**:

Anexo I - Quadro de Quantitativos, Especificações Mínima dos Itens e Valor Estimado Máximo Admitido;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Declaração de que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 27, inciso V da Lei Federal 8.666/93;

Anexo IV - Modelo de Declaração do Quadro de Funcionários;

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VI - Minuta do Contrato Secretaria Municipal da Saúde;

Anexo VII - Minuta do Contrato Hospital Municipal São José.

1.

DA LICITAÇÃO

1.1 – Do Objeto do Pregão

1.1.1 - A presente licitação tem por fim o **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de materiais Químicos, Saneantes e Cosméticos, para atendimento de demanda da rede das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde e do Hospital Municipal São José**, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital.

1.1.2 - O valor máximo admitido para a aquisição do objeto deste pregão é de **R\$ 4.500.353,74 (quatro milhões, quinhentos mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos)**, fixos e irrevogáveis.

1.2 – Local: www.licitacoes-e.com.br - “Acesso Identificado”.

1.3 – Referência de Tempo Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.4 – Recebimento das propostas.

Data/Hora: De 06/09/2018 à 19/09/2018 até às 09:00 horas.

1.5 – Abertura das propostas

Data/Hora: Dia 19/09/2018 às 09:00 horas.

1.6 – Início da Sessão de Disputa de Preços: A disputa de preços será em até 10 itens simultâneos.

Data/Hora: Dia 25/09/2018 às 09:00 horas.

1.7 – Término da Sessão Principal

05 minutos para cada item após o início da sessão de disputa.

1.8 – Término do Período Adicional

Até 30 minutos após o término da sessão principal.

1.9 – Da Execução da Licitação

O Fundo Municipal de Saúde de Joinville, por meio da Coordenação de Licitações, na qualidade de interveniente **Promotora**, processará a presente licitação, **destinando-se o seu objeto à Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e Hospital Municipal São José.**

1.10 – O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico identificado no subitem 1.2 e no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Joinville, na página www.joinville.sc.gov.br/editalpublico, podendo também ser requerido junto à Coordenação de Licitações, Rua Araranguá, 397, Bairro América - CEP 89204-310 - Joinville/SC de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 08:00 às 14:00.

2.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 – Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme Artigo 7º, § 2º, do Decreto 7.892 de 23 de Janeiro de 2013 DOU de 24 de janeiro 2013.

3 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 – Não será admitida a participação de proponentes:

3.2.1 – Em falência ou concordata, que se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2 – Punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, inscritos ou não no Cadastro Central de Fornecedores do Município de Joinville, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.2.3 – Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL;

3.2.4 – Cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da

3.2.5 – Em consórcio

3.2.6 – Cujo objeto social não seja pertinente e compatível ao objeto licitado.

4 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

4.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto às agências do **Banco do Brasil S.A. sediadas no País**, sem custo aos proponentes interessados.

4.1.1 – Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones **3003-0500 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-729-0500 (demais localidades)**.

4.2 – A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S.A., devidamente justificada.

4.3 – As pessoas jurídicas ou empresários individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “licitacoes-e”.

4.4 – Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.5 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.7 – Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

5 – DA participação NO CERTAME

5.1 – A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”, observando a data e o horário limite estabelecidos no item 01 deste Edital.

5.2 – O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.3 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

5.4 – Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 – No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.6 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

5.7 – O proponente deverá comunicar imediatamente ao Banco do Brasil (Órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6 – DA FORMA DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – A proposta de preços escrita deverá ser apresentada em papel datilografado ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado e, apresentada em uma via contendo identificação, endereço, telefone, fax e e-mail.

6.1.1 – Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do proponente devidamente identificado;

6.2 – A proposta escrita deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo II deste Edital e deverá conter:

a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I do presente Edital, informando as características, a marca, o modelo e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas;

b) o preço unitário e preço total deverão ser cotados em reais, com no máximo 2 (dois) algarismos decimais, e neles estarem inclusas todas e quaisquer despesas, tais como, transportes, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes, encargos sociais, remuneração e outros pertinentes ao objeto licitado;

c) o número do item ofertado que deverá corresponder exatamente ao item e quantidade do Anexo I deste Edital;

d) o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão.

6.3 – Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

6.4 - A empresa deverá apresentar junto com a Proposta:

6.4.1 - Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (LEGÍVEL).

6.4.2 - Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto/MS, o concorrente deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao Ministério da Saúde ou sua publicação no Diário Oficial da União que, poderá ser apresentado em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal da Saúde, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial.

6.4.3 - Serão aceitos Protocolos de Renovação do Certificado de Registro de Produtos, desde que tenham sido datados e protocolados no mínimo 06 (seis) meses antes do vencimento e acompanhados do Certificado de Registro de Produtos antigos, para a devida comprovação, de acordo com legislação vigente.

7 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 – Ao enviar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá necessariamente postar apenas o **VALOR UNITÁRIO POR ITEM** licitado.

7.2 – O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3 – O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao item e quantidade do Anexo I deste Edital;

7.4 – Ao apresentar sua proposta é imprescindível que o proponente registre expressamente, no campo “informações adicionais” do sistema eletrônico, a marca, o modelo, as características e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, sob pena de desclassificação.

7.5 – Quanto ao valor da proposta postada eletronicamente todas entrarão na disputa de lance, porém somente será classificado o valor da proposta que após os lances estiver dentro do valor estimado máximo, em cumprimento do subitem 10.6 letra “e”.

7.6 – Não serão admitidas propostas que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do proponente.

8 – DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 – A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo site já indicado no item 1 deste Edital, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.2 – Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2.1 – Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.2.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.3 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real,

do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.

8.4 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, no prazo previsto para encerramento. Após o esgotamento do prazo da sessão principal, transcorrerá período adicional de tempo, de até trinta minutos, (tempo randômico que está atrelado ao sistema) findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.5 – Após o encerramento do período adicional de tempo na etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06. Nesse caso o pregoeiro convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.

8.5.1 – Não passando para a condição de arrematante a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.5.2 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.5.3 – O disposto no subitem 8.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

9 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos de habilitação, em uma via, preferencialmente, numerados em sequência e rubricados em todas as suas páginas por representante legal do proponente ou preposto, deverão ser apresentados:

- a) em original; ou
- b) cópia autenticada por cartório; ou
- c) cópia autenticada por servidor autorizado da Coordenação de Licitações da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville, mediante a exibição dos originais antes da entrega dos envelopes; ou
- d) exemplar da publicação em órgão da imprensa oficial.

9.1.1 – Somente serão:

- a) aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro;

b) autenticado(s) documento(s) através da apresentação de seu(s) original(is);

9.1.2 – Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo pregoeiro, na fase de habilitação.

9.1.3 - Deverão ser apresentadas **Certidões Negativas ou Positivas** com efeito de **Negativa**.

9.2 - A documentação para fins de habilitação é constituída de:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

c) Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

d) Certidão Negativa de Débitos relativos as contribuições previdenciárias e as de terceiros;

e) Certificado de Regularidade do FGTS;

f) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, conforme Lei 12.440 de 07 de julho de 2011;

g) **declaração de que o proponente cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, conforme Anexo III do Edital;

h) **Certidão negativa de falência ou concordata, recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede do proponente;

i) **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei**, assinado pelo representante legal da proponente e pelo contador com seu respectivo n.º CRC, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes; ou documentos de escrituração contábil fiscais nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007, da Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e da Instrução Normativa RFB nº 787/2007, conforme SPED – Sistema Público de Escrituração Digital.

i.1) Entende-se por “apresentados na forma da Lei”, munido de Termo de Abertura e de Encerramento e devidamente registrado ou arquivado na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário ou cópia dos documentos produzidos no novo formato eletrônico (SPED).

i.2) Para avaliação da boa situação financeira do proponente será considerado o Quociente de Liquidez Corrente e Grau de Endividamento, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por seu representante legal. No caso da não apresentação do cálculo em documento próprio, os índices poderão ser analisados pela Comissão com base nos dados do balanço patrimonial apresentado pela empresa.

QLC = ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

- cujo resultado deverá ser maior ou igual a 1,00.

QGE = PASSIVO CIRCULANTE + EXIG. LONGO PRAZO

ATIVO TOTAL

- cujo resultado deverá ser menor ou igual a 1,00.

OBS: Índices justificados de acordo com o § 5º do art. 31 da Lei 8.666/93.

j) Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, que a proponente já forneceu materiais similares com o objeto da presente licitação;

k) Declaração do Quadro de Funcionários, conforme Anexo IV do Edital;

l) Comprovação da Condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, mediante apresentação da Certidão expedida pela Junta Comercial, para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.

m) Comprovação da autorização de funcionamento de empresa, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, publicada no DOU (inclusive para distribuidora), não será aceito protocolo de encaminhamento;

n) Alvará Sanitário Estadual ou Municipal (quando competente).

9.2.1 – Os proponentes inscritos no Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Joinville deverão apresentar **Certificado de Registro Cadastral-CRC**, válido na data limite fixada para a apresentação dos documentos neste pregão emitido pela Unidade de Suprimentos, da Secretaria de Administração e Planejamento.

9.2.2 – Os interessados não cadastrados além dos documentos referidos no item 9.2, deverão apresentar os seguintes, válidos na data de abertura de sessão pública do pregão:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

9.3 – Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a apresentação das propostas. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

9.4 – Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 9.2 deste edital deverão constar o nome/razão social do proponente, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que se o proponente for:

a) matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) a matriz, e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

9.5 – O proponente poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora.

9.6 – As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.6.1 – A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

10.1 – O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10.2 – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtido preço melhor, observando o critério de julgamento, nos termos do art. 24 § 8º do decreto Federal nº 5450/2005, bem como decidir sobre sua aceitação, observados prazos para fornecimento, especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, e verificará a habilitação do proponente.

10.3 – Encerrada a etapa de lances da sessão pública e após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, o proponente classificado em primeiro lugar deverá apresentar a proposta de preços e os documentos de habilitação, originais ou por cópia devidamente autenticada, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, impreterivelmente, ao Pregoeiro, **no endereço indicado no subitem 1.10**, em envelope lacrado, como segue:

PMJ/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE

Endereço: Araranguá nº 397, 2º andar, Bairro América, CEP 89.204-310, Joinville/SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 250/2018

Objeto: Aquisição de materiais Químicos, Saneantes e Cosméticos, para atendimento de demanda da rede das unidades de saúde da SMS e do HMSJ.

PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: _____

PREGOEIRO (A): _____

10.3.1 - É de responsabilidade da empresa o encaminhamento e confirmação de recebimento do envelope.

10.3.2 – O município não se responsabiliza pela logística de entrega dos envelopes, nem pelo prazo de transporte destes.

10.3.3– Na hipótese de envio através do Correio, considerando o prazo de normalidade, recomenda-se que o envelope seja postado, no máximo, no dia seguinte a convocação para que tenha tempo hábil para recebimento.

10.4 – O não recebimento dos documentos solicitados pelo Pregoeiro no prazo estabelecido, conforme o item 10.3, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes no item 24 do Edital.

10.5 – Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

10.6 – Serão desclassificadas as propostas:

a) que não atenderem às especificações do objeto desta licitação;

b) que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;

c) que conflitem com a legislação em vigor;

d) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item proposta de preços deste Edital;

e) com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

10.7 – Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

10.8 – Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

10.9 – Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 24 deste Edital. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

10.10 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

10.11 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

10.12 – O Pregoeiro poderá durante a sessão verificar a regularidade das certidões disponíveis *on-line* exigidas no subitem 9.2 “a” a “f” que não forem previamente apresentada(s) pelo(s) proponente(s) ou que forem apresentadas vencidas ou positivas.

10.12.1 – No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou terem apresentado com restrição.

11 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Caberá ao Pregoeiro deliberar sobre a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão, quando não houver recursos.

11.2 – Quando houver recursos, a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão será realizada pela autoridade competente.

11.3 – A homologação será realizada pela autoridade competente.

12.

– DA(S) AMOSTRA(S)

12.1 – A(s) empresa(s) **arrematante(s)** deverá(ão) apresentar amostra(s) para os itens cotados, **sendo no mínimo 02 (duas) unidades por item cotado**, devidamente identificada(s) de acordo com as especificações técnicas exigidas para efeito de controle de qualidade e aprovação;

12.2 - As amostras, conforme o solicitado, deverão ser encaminhadas à **Coordenação de Administração de Materiais e Equipamentos (CAME), sito a Rua Max Colin, 550 - Bairro: América – Joinville/SC - CEP: 89204-040 - Fone: (47) 3434-0139 - E-mail: came.saude@joinville.sc.gov.br, no horário das 08:00h às 17:00h**, até a data que será fornecido pelo Sr. Pregoeiro, **que não será superior a 05 (cinco) dias úteis**;

12.3 - A(s) amostra(s) apresentada (s) deverá (ão) ser da mesma marca da indicada na proposta. A apresentação de amostra de marca diferente da indicada na proposta acarretará da desclassificação do(s) item (ns) cotado(s).

12.4 - A não apresentação da (s) amostra (s) também acarretará na desclassificação do (s) item (ns) cotado (s).

12.5 - A (s) amostra (s) deverá (ao) ser identificada (s) conforme a seguir: Com o nome da empresa, nome do produto, número do Pregão e do item correspondente ao da proposta.

12.6 - No ato da entrega da (s) amostra (s) a empresa autoriza a completa análise do (s) produto (s) para comprovar as características contidas no Descritivo Técnico, constantes no presente Edital, mesmo que para isto a (s) amostra (s) seja (m) danificada (s) e também abdica de qualquer indenização pela inutilização da (s) mesma (s). A (s) amostra (s) retida (s) da proposta vencedora, para fins de comparação no ato do recebimento da (s) mercadoria (s), não poderá (ão) ser deduzida (s) do (s) quantitativo (s) a ser (em) entregue (s).

12.7 - As amostras serão analisadas, testadas, avaliadas, aprovadas, reprovadas pela Comissão Permanente de Padronização e Qualificação de Materiais, segundo critérios e normas internas e todas as despesas correrão por conta do licitante conforme normas vigentes.

12.8 - Critérios de Análise:

12.8.1 - Avaliação do(s) material(s) com relação ao descritivo citado no Anexo I do edital, quanto aos registros vigentes e solicitados em edital, dados de identificação das amostras, unidade de medida, quantidades e volumes, tipo de embalagem e demais características relacionada ao tipo de produto.

12.8.2 - Avaliação do(s) material(s) por profissionais específicos das áreas de atuação, quanto a forma de apresentação, tamanho, composição do material, especificação, matéria prima, dados de fabricação, características de segurança, embalagem, tipo de processamento, prazo e condições de validade, conservação do produto, facilidade no manuseio.

12.8.3 - Avaliação da evolução do(s) material(s) em uso prático em unidade de saúde da rede

definido pela comissão interna, quanto a aplicabilidade, eficácia, economicidade de modo a garantir a qualidade e segurança da assistência ao paciente e dos profissionais.

13 – DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras da Administração Pública.

13.2 – A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

13.3 – Órgão Gerenciador é órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como responsável pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

13.4 – Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços.

13.5 – O Órgão Gerenciador do presente SRP será o **Fundo Municipal de Saúde de Joinville**.

13.6 – A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

13.7 – Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, que deverá ocorrer **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) que terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.**

13.8 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual.

14 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 – Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e aos preços propostos;

14.2 – No Caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, se recusar a assinar eletronicamente a Ata de Registro de Preços e o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o PMJ/Fundo Municipal de Saúde de Joinville convocará os demais licitantes, na ordem de classificação.

15 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS FUTUROS CONTRATOS

15.1 – A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

15.2 – A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à vigência do crédito orçamentário.

16 – ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

16.1.1. – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art.65 da Lei nº. 8.666/93, conforme § 1º do art.12 do Decreto nº. 7.892/13.

16.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

16.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao

praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.4 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

16.5 – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

16.6 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

17.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

17.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

18– DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1 – Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública impugnar o Edital do Pregão.

18.1.2 – As impugnações poderão ser protocolizadas através do e-mail suprimentos.saude@joinville.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado ou com assinatura digital certificada pelo ICP – Brasil, até as 17:00 horas do dia do vencimento do prazo, acompanhado da procuração respectiva.

18.2 – Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

18.3 – Caberá à autoridade superior, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre as eventuais impugnações.

18.4 – Acolhida a impugnação contra o presente Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.5 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço suprimentos.saude@joinville.sc.gov.br.

18.6 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas na forma do item 25.1 para conhecimento dos interessados e da sociedade em geral.

18.7 – Do Recurso

18.7.1 – Após o encerramento da disputa de preços, será estabelecido pelo pregoeiro a data e hora em que será declarado o vencedor, sendo que nesta oportunidade a intenção de recorrer deverá ser manifestada pelo proponente interessado por intermédio do sistema eletrônico, na própria sessão, onde deverão ser expostos os motivos do inconformismo, no prazo de até 30 (trinta) minutos imediatamente posteriores ao ato da Declaração do Vencedor, que será realizado em sessão pública, quando será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

18.7.2 – As razões de recursos poderão ser protocolizadas através do e-mail suprimentos.saude@joinville.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente

assinado ou com assinatura digital certificada pelo ICP – Brasil, até as 17:00 horas do dia do vencimento do prazo, acompanhado da procuração respectiva.

18.7.3 – O proponente desclassificado antes da fase de disputa, também, poderá manifestar sua intenção de interpor recurso na forma do subitem anterior.

18.7.4 – A falta de manifestação, imediata e motivada, importará a decadência do direito de recurso, e não será admitida inovação na motivação dos recursos propostos.

18.7.5 – O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, inclusive quando a pretensão for meramente protelatória.

18.7.6 – Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

19 – DA CONTRATAÇÃO

19.1.1 – Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será(ão) convocada(s) para, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), assinar eletronicamente o Contrato e/ou retirar a Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento;

19.1.2 – Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra desclassificada ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar eletronicamente o Contrato e/ou a retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço;

19.1.3 – Se a licitante vencedora se recusar a assinar eletronicamente o Contrato e/ou retirar a Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Contratante ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito de vencedora, sujeitar-se-á às penalidades previstas neste Edital;

19.2 – Na oportunidade de assinatura do Contrato o vencedor deverá apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, **Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, conforme Lei 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

20 – DA ASSINATURA ELETRÔNICA

20.1 – A assinatura da Ata de Registro de Preço/Contrato e demais documentos vinculados a este

instrumento, serão realizadas eletronicamente, mediante login e senha, devendo o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica externa, de acordo com Instrução Normativa nº 006/2016, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 27.082/2016.

20.2 – O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar a solicitação de usuário externo certificado para assinatura eletrônica de acordo com o que estabelece o "Manual do Usuário Externo" disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/cadastrar-usuario-em-autosservico/> e <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/certificar-usuario-para-autosservico/>.

20.3 – Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para fins de efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 27.082/2016, sob pena de decair do direito de assinar o(a) Ata de Registro de Preços/Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

20.3.1 – É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a solicitação da criação da assinatura eletrônica.

20.4 – A criação e a redefinição da assinatura eletrônica dependem da solicitação de assinatura eletrônica com o envio do Termo de Responsabilidade devidamente assinado e com o envio de documento com foto e assinatura do requerente.

20.4.1 – Serão aceitos como documentos de identidade para fins de assinatura eletrônica externa: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira de identidade do trabalhador e carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

20.4.2 – Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade ou documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

20.4.3 – O termo de responsabilidade terá sua assinatura comparada com o documento apresentado.

20.5 – O servidor público autorizado procederá com a avaliação da documentação recebida e realizará a concessão de acesso ao usuário externo.

20.6 – A assinatura eletrônica é de uso pessoal e intransferível e sua divulgação é vedada sob qualquer hipótese.

20.7 – O usuário é o responsável pela exatidão das informações prestadas, quando de seu credenciamento, assim como pela guarda, sigilo e utilização da assinatura eletrônica, não sendo

oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e do Decreto nº 21.863, de 30 de janeiro de 2014.

21 – PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

21.1 – A vigência do contrato será até 31 de dezembro do ano correspondente, contados a partir da data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo deste instrumento.

21.1.1 – O prazo de vigência é improrrogável.

21.2 - O prazo para fornecimento dos produtos será de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, a partir da solicitação formal (e-mail). O fornecimento será efetuado de maneira PARCELADA, com data e quantidade a ser definida na Nota de Empenho.

21.3 – O local de entrega dos produtos será:

a) Para a **Secretaria Municipal de Saúde**, na CAME - Coordenação Administrativa de Materiais e Equipamentos, na Rua Max Colin, 550 – Bairro América – Joinville/SC - CEP: 89204-040 - Fone: (47) 3434-0139. Horário de Entrega: 08:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira.

b) Para o **Hospital Municipal São José**, no Setor de Serviço de Estoque de Materiais, na Travessa São José, s/n, próxima à ACE – Centro – Joinville/SC. Horário de Entrega: 8h30m às 11h45m e das 13h30m às 16h30m, de segunda à sexta-feira.

21.4 – Todas as despesas decorrentes da entrega do objeto desta licitação correrão por conta do vencedor da licitação.

21.5 – Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado a data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo deste instrumento.

22 – DA GESTÃO DO CONTRATO

22.1 – A gestão do termo contratual será realizada pelo **Fundo Municipal de Saúde de Joinville** e pelo **Hospital Municipal São José**, sendo o mesmo responsável pela fiscalização do contrato e recebimento do objeto licitado, devendo observar o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93.

23 – DO PAGAMENTO DOS BENS CONTRATADOS

23.1 – O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pelo vencedor neste **Pregão**, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

23.2 – O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal /fatura que deverá ser emitida em nome do Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho, acompanhado da liberação da Secretaria requisitante e das negativas fiscais (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei 12.440 de 07 de julho de 2011) regularizadas.

23.3 – As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações Federais, Estaduais e Municipais vigentes.

23.4 – Em caso de erro na nota fiscal/fatura, observação de cobranças indevidas ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, a **CONTRATADA** será oficialmente comunicada do fato pelo gestor do contrato, e a partir daquela data o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação do documento fiscal.

23.5 – Em caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

23.6 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal na Unidade da Contabilidade.

24 – DAS SANÇÕES

24.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao Proponente/Contratado são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

24.2 – Penalidades que poderão ser cominadas aos Proponentes/Contratados, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, nos casos:

a) Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

a.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;

a.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00;

a.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,00.

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

c) Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:

c.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;

c.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00;

c.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,00.

d) De até 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato.

II – Impedimento de licitar e contratar com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o descredenciamento do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Joinville e do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar eletronicamente o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;

e) não manter a proposta;

f) desistir de lance realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

24.3 - As multas deverão ser pagas junto às *instituições financeiras* até o dia de pagamento que o PROPONENTE/CONTRATADO tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

24.4 – Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do proponente ou contratado, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas do proponente ou contratado, nos termos do que dispõe o art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002.

24.5 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do proponente/contratado.

24.6 – Nenhum pagamento será realizado ao PROPONENTE/CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

25 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 – As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser dirigidas por escrito a Coordenação de Licitações, mediante requerimento, com antecedência de até **2 (dois) dias úteis** anteriores à data marcada para recebimento das propostas.

25.1.1 – Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pela Coordenação de Licitações, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 08:00 às 14:00 horas, conforme Decreto n.º 13.011/2006, e-mail suprimentos.saude@joinville.sc.gov.br, e ficarão disponíveis para todos os interessados, na Coordenação de Licitações, bem como nos endereços eletrônicos www.joinville.sc.gov.br/editalpublico e www.licitacoes-e.com.br;

25.2 – É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.2.1 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

25.3 – Não será permitida a sub-contratação do objeto deste Edital.

25.4 – O Fundo Municipal de Saúde de Joinville poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.5 – O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou

prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

25.6 – O Município não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

25.7 – Ficam vinculados a este Edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência;

25.8 – Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da Lei de Licitações, as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

25.9 – Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital;

25.10 – A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

25.11 - Todas as informações/alterações relativas ao presente certame serão postadas nos endereços eletrônicos www.joinville.sc.gov.br/editalpublico e www.licitacoes-e.com.br, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.

Jean Rodrigues da Silva

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

Quadro de Quantitativos, Especificações Mínima dos Itens e Valor Estimado Máximo Admitido

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	917380 - AGUA OXIGENADA 10 VOLUME 1000 ML ACONDICIONADA EM FRASCO OPACO, APROXIMADAMENTE COM 1000 ML, CONSTANDO EXTERNAMENTE ROTULO N° DO LOTE, DATA DE FABRICACAO / VALIDADE.	FRS	3.400	7,66	26.044,00
2	761 - AGUA OXIGENADA 100 ML ACONDICIONADA EM FRASCO OPACO, COM 100 ML, CONSTANDO EXTERNAMENTE ROTULO N° DO LOTE, DATA DE FABRICACAO / VALIDADE.	FRS	13.500	3,81	51.435,00
3	917382 - ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70° INPM (100 ML) TRATADO, PARA USO DESENFECTANTE EM AMBITO HOSPITALAR E FARMACEUTICO, EMBALAGEM SEGURA E RESISITENTE CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE MINIMA DE 08 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA	FRS	1.200	3,66	4.392,00
4	917383 - ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70° INPM 1000 ML ÁLCOOL ETÍLICO LIQUIDO, HIDRATADO 70% INPM 1000 ML TRATADO, PARA USO DESINFECTANTE EM ÂMBITO HOSPITALAR E FARMACÊUTICO, EMBALAGEM SEGURA E RESISTENTE CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, VALIDADE MÍNIMA DE 08 MESES APOS EMISSÃO DA NF DE ENTREGA.	FRS	15.000	5,87	88.050,00
5	15549 - ALCOOL ETÍLICO 70% PARA DESINFECÇÃO HOSPITALAR ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO, HIDRATADO 70% INPM 1000 ML TRATADO, PARA DESINFECÇÃO EM ÂMBITO HOSPITALAR, EMBALAGEM SEGURA E RESISTENTE, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO	Frasco	55.000	4,61	253.550,00

6	<p>17566 - ÁLCOOL EM GEL 800 ML. REFIL CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL 70 (PP) C/ EMOLIENTE GLICERINA, ODOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PERFUME , HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO, QUE PROMOVA A ANTISEPSIA DAS MÃOS, SEM DEIXAR RESÍDUOS ADERENTES.</p> <p>ACONDICIONADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ SUA UTILIZAÇÃO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DA NOTIFICAÇÃO NO MS. DEVE ATENDER O DISPOSTO NO ANEXO I DA RDC Nº 199, 30/10/2006 E RDC Nº 42, DE 25/10/2010.</p>	Frasco	12.000	9,99	119.880,00
7	<p>917428 - CERA LIQUIDA 5000 ML CERA DE BASE ACRILICA PARA PISOS POROSOS E LAVAVEIS E DE GRANDE TRAFEGO, AUTO BRILHO, ASPECTO MOLHADO, FILME TRANSPARENTE E ALTA DURABILIDADE. ANTIDERRAPANTE, ACONDICIONADO EM GALAO (PEAD2) RESISTENTE PARA ARMAZENAR, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, LOTE, QUIMICO RESPONSAVEL, ISENCAO/REGISTRO NO M.S/ ANVISA. VALIDADE MINIMADE 24 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA.</p>	GL	1.000	115,68	115.680,00
8	<p>918331 - CLOREXIDINA ALCOOLICA 0,5% 100 ML SOLUCAO DE GLUCONATO, PARA USO ANTIASSEPSIA DE PELE, EMBALAGEM SEGURA E RESITENTE CONTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APOS EMISAO DE NF DE ENTREGA.</p>	UNID	7.000	3,89	27.230,00
9	<p>918333 - CLOREXIDINA AQUOSA 0,2% 100 ML SOLUCAO DE GLUCONATO, PARA USO ANTIASSEPSIA DE PELE, EMBALAGEM SEGURA E RESITENTE CONTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APOS EMISAO DE NF DE ENTREGA.</p>	UNID	6.500	3,57	23.205,00

10	13683 - CLOREXIDINA DIGLUCONATO CLOREXIDINA DIGLUCONATO, CONCENTRAÇÃO 0,2%, FRASCO DE 1.000 ML	Frasco	1.500	18,40	27.600,00
11	918335 - CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% 100 ML SOLUCAO DE GLUCONATO, DEGERMANTE, PARA USO ANTI ASSEPSIA DE MAOS, EMBALAGEM SEGURA E RESITENTE CONTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APOS EMISAO DE NF DE ENTREGA.	UNID	5.400	4,63	25.002,00
12	917508 - DESINFETANTE LIQUIDO 500 ML USO GERAL, CONCENTRADO, PERFUMADO, GERMICIDA, FRAGRANCIA DIVERSAS, EMBALAGEM (PEAD 2), RESISTENTE E SEGURA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO/ REGISTRO NO M.S./ ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTRGA, ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	FRS	3.600	2,75	9.900,00
13	917507 - DESINFETANTE LIQUIDO 5000 ML USO GERAL, CONCENTRADO, PERFUMADO, GERMICIDA, FRAGRANCIA DIVERSAS, EMBALAGEM (PEAD 2), RESISTENTE E SEGURA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO/ REGISTRO NO M.S./ ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA, ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GL	250	38,91	9.727,50
14	917510 - DESODORIZADOR DE AMBIENTE MODELO AEROSOL, SEM CFC, FRAGRANCIAS (EUCALIPTO, LAVANDA, FLORAL, TALCO), FIXACAO DE 7/4 HRS, APRESENTACAO MINIMA 400 ML, EM EMBALAGEM APROPRIDA E SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/ LOTE FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE APROXIMADAMENTE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA.	FRS	3.000	11,71	35.130,00

15	917512 - DETERGENTE LIQUIDO 500 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUICAO AUTOMATICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFICIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADAVEL, DERMATOLOGICO, EMBALAGEM, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM AIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	FRS	12.000	2,03	24.360,00
16	917511 - DETERGENTE LIQUIDO 5000 ML NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUICAO AUTOMATICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFICIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADAVEL, DERMATOLOGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NAO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GL	5.300	16,73	88.669,00
17	780 - FORMOL 10% 1000 ML FORMOL 10% EM EMBALAGEM DE 1000ML - USO EM ANATOMIA PATOLOGICA E CONSERVAÇÃO DAS PEÇAS HISTOLÓGICAS.	Unidade	1.740	23,42	40.750,80
18	917421 - FORMOL 37% 1000 ML COMPOSTO COM MINIMO 37% EM PESO E 40% EM VOLUME, APRESENTACAO MINIMA 1000 ML EM FRASCO PLASTICO ESCURO, RESISTENTE E SEGURO CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE, REGISTRO NO M.S / ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA.	L	240	23,74	5.697,60

19	917422 - HIPOCLORITO DE SODIO 1% 1000 ML BASE DE HIPOCLORITO DE SODIO CONCENTRACAO A 1% PARA USO EM DESINFECCAO HOSPITALAR, APRESENTACAO EM FRASCO PLASTICO, OPACA, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE FABRICACAO, VALIDADE MINIMA DE 5 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA.APRESENTAR JUNTO DA PROPOSTA FICHA TECNICA E REGISTRO MS/ ANVISA IDENTIFICANDO A CONCENTRACAO DO PRODUTO.	L	60.000	4,54	272.400,00
20	917423 - HIPOCLORITO DE SODIO 11% 1000 ML BASE DE HIPOCLORITO DE SODIO CONCENTRACAO A 10 A 14% PARA USO EM DESINFECCAO HOSPITALAR, APRESENTACAO EM FRASCO PLASTICO, ESCURA, PEAD 2, RESISTENTE SEGURO, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE FABRICACAO, VALIDADE REGISTRO NO M.S/ ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 5 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA.APRESENTAR JUNTO DA PROPOSTA FICHA TECNICA E REGISTRO MS/ ANVISA IDENTIFICANDO A CONCENTRACAO DO PRODUTO.	GL	700	5,08	3.556,00
21	917424 - HIPOCLORITO DE SODIO 2,5% 1000 ML SOLUCAO DE HIPOCORITO DE SODIO A 2,5%, ,INDICADO PARA USO EM ODONTOLOGIA, APRESENTACAO MAXIMA1000 ML EM FRASCO ESCURO, PEAD 2, SEGURO E RESISTENTE COM BICO DOSADOR CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE FABRICACAO, VALIDADE, REGISTRO NO M.S/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA.APRESENTAR JUNTO DA PROPOSTA FICHA TECNICA E REGISTRO MS/ ANVISA IDENTIFICANDO A CONCENTRACAO DO PRODUTO.	FRS	120	9,51	1.141,20
22	917724 - INSETICIDA SPRAY AEROSOL PARA EXTERMINAR QUALQUER TIPO DE INSETO CASEIRO, EFICAZ, SEM CFC, BASE DE AGUA, APRESENTACAO MINIMA 300 ML, EMBALAGEM APROPRIADA E SEGURA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/LOTE, FABRICACAO, RESPONSVEL TECNICO,	FRS	1.300	10,96	14.248,00

	ISENCAO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. E ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA EMPILHAMENTO.				
23	917505 - LUSTRA MOVEIS BRANCO CREMOSO A BASE DE SILICONE, CERA, SOLVENTE. EMULSIFICANTE, PERFUME SUAVE, EMBALAGEM PLASTICA COM TAMPA TIPO ABRE FECHA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, LOTE, QUIMICO RESPONSAVEL, REGISTRO NO M.S / NOTIFICACAO NA ANVISA.	FRS	1.000	7,11	7.110,00
24	917728 - PASTA CRISTAL PARA USO GERAL, EM LIMPEZA PESADA DE SUPERFICIE EM GERAL, A BASE DE COMBINACAO DE SABAO E AGENTE MINERAL, CRISTAL ROSA, APRESENTACAO EM EMBALAGEM APROPRIADA E SEGURA COM NO MINIMO 500 GR, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/LOTE/FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO,ISENCAO/REGISTRO NO M.S./ ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA.	FRS	4.000	5,59	22.360,00
25	917504 - SABAO DE COCO EM BARRA COM MINIMO 200 G, PERFUME SUAVE, DE ACIDOS GRAXOS DE COCO, AGUA, GLICERINA, CONSERVANTE, COADJUVANTES, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL CONSTANDO DADOS IDENTIFICACAO, FABRICACAO, LOTE, PESO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA.	UNID	500	2,51	1.255,00
26	917506 - SABAO EM PO PARA HIGIENIZACAO DE ROUPAS/OUTROS COM BRANQUEADOR OPTICO, CORANTE, ENZIMAS, ESSENCIA, AROMA SUAVE, APRESENTACAO EM EMBALAGEM PLASTICA OU CAIXA RESISTENTE DE 1 KG CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, LOTE, QUIMICO RESPONSAVEL, ISENCAO/REGISTRO NO M.S/ ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA.	UNID	500	8,53	4.265,00

27	920718 - SABONETE EM BARRA - 90 GR PRODUTO DEVERA APRESENTAR REGISTRO/NOTIFICACAO NA ANVISA/MS. PRAZO DE VALIDADE: MINIMO DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UNID	300	1,50	450,00
28	917730 - SABONETE LIQUIDO 5000 ML CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRANCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLOGICO, DILUICAO AUTOMATICA, APRESENTACAO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NAO RECICLADA, TAMPA TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNCO, ISENCAO/REGISTRO NO M. S./ ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	GL	3.800	27,93	106.134,00
29	917736 - SOLUCAO DE MILTON SOLUCAO DE HIPOCLORITO DE SODIO A 1% INDICADO PARA USO ODONTOLOGICO EM INSTRUMENTACAO E IRRIGACAO DE CANAI, APRESENTACAO MINIMA 500 ML EM EMBALAGEM DE POLIETILENO RESISTENTE E SEGURA, DEVIDAMENTE ROTULADA, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE, CONCENTRACAO, RESPONSAVEL TECNICO, REGISTRO NO M.S/ ANVISA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA EMPILHAMENTO. VALIDADE MINIMA DE 8 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA.	FRS	500	5,97	2.985,00
30	781 - SOLUÇÃO DE MILTON 100 ML SOLUCAO DE HIPOCLORITO DE SODIO A 1% INDICADO PARA USO ODONTOLOGICO EM INSTRUMENTACAO E IRRIGACAO DE CANAI, APRESENTACAO MINIMA 500 ML EM EMBALAGEM DE POLIETILENO RESISTENTE E SEGURA, DEVIDAMENTE ROTULADA, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE, CONCENTRACAO, RESPONSAVEL TECNICO, REGISTRO NO M.S/ ANVISA. ACONDICIONADA EM CAIXA	Unidade	1.800	1,97	3.546,00

	RESISTENTE PARA EMPILHAMENTO. VALIDADE MINIMA DE 8 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA.				
31	917425 - VASELINA LIQUIDA HOSPITALAR 100 ML USO EM AMBITO AMBULATORIAL/HOSPITALAR CONTENDO ACIDO 100 ML, DENSIDADE 0,84 A 0,89, COM PONTO DE 42 C A 44 C, PORCENTAGEM DE 300 C, INSOLUVEL EM AGUA, EM BLOCOS, SULFATO MAXIMO DE 5%, ESTADO FISICO LIQUIDO, COM VISCOSIDADE 20 C MINIMO 110 MPAS, COM VISCOSIDADE 40 C MINIMO 34,5 CST, APRESENTACAO MINIMA 100 ML EM FRASCO PLASTICO FOSCO, RESISTENTE, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE, REGISTRO NO M.S/ANVISA. VALIDADE MINIMA 12 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA.	FRS	3.000	7,91	23.730,00
32	917733 - VASELINA SOLIDA VASELINA SOLIDA Q.S. 100%, COMPOSTA DE PARAFINA E OLEOS MINERAIS, COM APROXIMADAMENTE 500 GRAMAS. ATENDER NORMA NBR 14725, EMBALAGEM PLASTICA SEGURA, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE , FABRICACAO E VALIDADE.	FRS	700	40,24	28.168,00
33	17508 - LIMPADOR DE ALUMÍNIO	Litro	30	14,93	447,90
34	17509 - REDUTOR DE PH PARA ÁGUA DE PISCINA	Litro	120	18,95	2.274,00
35	17510 - CLARIFICANTE E AUXILIAR DE FILTRAÇÃO	Litro	48	17,26	828,48
36	17511 - HIPOCLORITO DE SÓDIO 10 - 14% - EMBALAGEM COM 30 KILOS	Bombona	12	97,53	1.170,36
37	17512 - MANGUEIRA SILICONADA PARA ASPIRAÇÃO DE PISCINA DE 1,5" (UMA POLEGADA E MEIA) COM 15 METROS	Unidade	2	134,50	269,00
	14823 - DETERGENTE ENZIMÁTICO DETERGENTE ENZIMÁTICO FUNDAMENTADO NA RDC 55/2012 CONTENDO NO MÍNIMO QUATRO				

38	<p>ENZIMAS, SENDO OBRIGATÓRIO ENTRE ELAS: PROTEASE, AMILASE E LIPASE, TENSOATIVO NÃO-IÔNICO, QUE NÃO CONTENHA EM SUA FORMULAÇÃO SUBSTÂNCIAS CARCINOGENICAS, MUTAGENICAS E TERATOGENICAS PARA O HOMEM. PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL, NÃO CORROSIVO, NÃO ESPUMANTE E NÃO IRRITANTE DÉRMICO E OCULAR, DEGRADANDO OS CONTAMINANTES DE MATERIAIS EM AÇO INOXIDÁVEL, LÁTEX, SILICONE, PVC, VIDRARIA, FIBROSCÓPIOS E OUTROS EM ATÉ 5 MINUTOS, AGINDO EM RUGOSIDADES, FISSURAS, RANHURAS, ARTICULAÇÕES E LUZ DOS OBJETOS, APRESENTANDO EFICÁCIA NA AÇÃO, SEGUINDO-SE AS INSTRUÇÕES DE DILUIÇÃO DO FABRICANTE. DEVE POSSIBILITAR USO MANUAL E EM LAVADORAS AUTOMÁTICAS ULTRASSÔNICAS. EMBALAGEM RESISTENTE, TRAZENDO NO RÓTULO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO, CONCENTRAÇÕES ENZIMÁTICAS, DE LOTE, DATA DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONTER RECOMENDAÇÃO PARA MANUSEIO, DILUIÇÃO, VALIDADE DO PRODUTO APÓS DILUIÇÃO, TEMPO DE IMERSÃO DOS OBJETOS NO RÓTULO OU PROSPECTO INFORMATIVO ACOMPANHANTE DO FRASCO.</p>	lt diluido	12.000.000	0,16	1.920.000,00
39	<p>909298 - CLOREXIDINA 0,5% ALCOOLICO 1000ML CLOREXIDINA 0,5% ALCÓOLICO = PARA USO NA ANTISSEPSIA DO CAMPO OPERATÓRIO - PRODUTO PRONTO USO SEM ENXÁGUE - ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 1 LITRO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.</p>	L	6.400	17,68	113.152,00
40	<p>909469 - CLOREXIDINA 1% SOLUÇÃO AQUOSA TÓPICA CLOREXIDINA 1% EM BASE AQUOSA = SOLUÇÃO AQUOSA DE CLOREXIDINA 1% - LÍQUIDO, INCOLOR E INODORO, SOLUÇÃO ANTI-SÉPTICA, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 1 LITRO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO,</p>	L	4.000	12,47	49.880,00

	LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.				
41	909839 - CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE DETERGENTE DE CLOREXIDINA A 2% DEGERMANTE = ANTI-SÉPTICO EMOLIENTE, COM EFEITO RESIDUAL A BASE DE CLOREXIDINA A 2%, COM VISCOSIDADE SUFICIENTE PARA SER ACONDICIONADO EM DISPENSER DE PAREDE COM ACIONAMENTO MANUAL. EMBALAGENS DE 1 LITRO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	L	4.500	21,56	97.020,00
42	909373 - VASELINA LIQUIDA FARMACEUTICA VASELINA LIQUIDA FARMACEUTICA - EMOLIENTE PARA PELE, LUBRIFICANTE - EMBALAGEM 1000ML	L	100	43,92	4.392,00
43	910277 - REMOVEDOR DE ESMALTE REMOVEDOR DE ESMALTE À BASE DE ACETONA - PRODUTO A SER UTILIZADO COM A FINALIDADE DE TIRAR ESMALTE DAS UNHAS DOS PACIENTES - EMBALAGEM DE 01 LITRO.	L	20	28,26	565,20
44	911301 - ACIDO ACETICO 20% DESINCRUSTANTE À BASE DE ACIDO ACÉTICO 20% - USO HOSPITALAR - PROCEDIMENTOS NA ÁREA DE HEMODIALISE (EMBALAGEM 1 À 5 LITROS) - PRODUTO NOTIFICADO NA ANVISA	L	120	46,06	5.527,20
45	912477 - ACIDO ACETICO 5% DESINCRUSTANTE À BASE DE ACIDO ACÉTICO 5% - USO HOSPITALAR - PROCEDIMENTOS NA ÁREA DE HEMODIALISE (EMBALAGEM 1 À 5 LITROS) - PRODUTO NOTIFICADO NA ANVISA	L	120	16,35	1.962,00
46	911302 - ACIDO CITRICO 40% DESINFETANTE DESINCRUSTANTE À BASE DE ACIDO CITRICO 40% - USO HOSPITALAR - PROCEDIMENTOS NA AREA HEMODIALISE (EMBALAGEM DE 01 À 05 LITROS).	L	12	35,50	426,00

47	<p>911245 - ACIDO PERACETICO 0,09 a 0,31% C/5 LITROS SOLUÇÃO PARA DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL QUÍMICA À FRIO. Composto de solução desinfetante de ação rápida, tendo como principio ativo acido peracetico de 0,09% a 0,31% em solução pronta para uso, acompanhado de inibidor de corrosão, pH de 3 a 7, com formulação totalmente biodegradável, atividade mínima de 20 dias; O PRODUTO DEVERÁ PROMOVER AÇÃO ESPORICIDA, FUNGICIDA, BACTERICIDA E MICOBACTERICIDA EM ATÉ 10 MINUTOS, QUE DEVERÁ SER COMPROVADA POR MEIO DE LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIOS CREDENCIADOS À ANVISA; O produto deverá ser fornecido com, no mínimo, 15 fitas por bombona, específicas para o monitoramento da concentração do ácido peracético ofertado; Embalagem contendo externamente dados de identificação, procedência e data de validade. Validade da solucao em uso: mínimo 20 dias. Registro no Ministério da Saúde. Apresentação : Galão de 5.000 ml.</p>	GAL	800	403,83	323.064,00
48	<p>911529 - ACIDO PERACETICO 3,5% ACIDO PERACETICO 3,5% (SEM ASSOCIACOES) PRODUTO EXCLUSIVO PARA USO NA DESINFECÇÃO DAS MAQUINAS DE HEMODIALISE. O PRODUTO NAO PODE CONTER OUTROS COMPONENTES ASSOCIADOS CONFORME ORIENTAÇÃO DO FABRICANTE E COMPATIVEL COM O EQUIPAMENTO GAMBRO. EMBALAGEM DE 1000 a 5000ML. EMBALAGEM CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA E DATA DE VALIDADE.</p>	L	500	15,66	7.830,00
49	<p>910713 - ALCOOL 70% GEL-SACHE 800ML SISTEMA DOSADOR BAG-IN-BOX REFIL CONTENDO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO À BASE DE GEL, TRANSPARENTE, ODOR CARACTERÍSTICO (SEM PERFUME), ISENTO DE MATERIAL EM SUSPENSÃO, QUE NÃO DEIXE RESÍDUOS ADERENTES NAS MÃOS, COM CONCENTRAÇÃO NO INTERVALO DE 68% À 72% PP. ACONDICIONADO EM BOLSA PLÁSTICA RÍGIDA (REFIL) QUE CONTENHA SISTEMA DE ENCAIXE SEGURO E RESISTENTE COMPATÍVEL COM O DISPENSER PADRONIZADO NA</p>	PC	1.500	20,65	30.975,00

	INSTITUIÇÃO.APRESENTAR FICHA DE ATIVIDADE BACTERICIDA E EFICÁCIA PARA O VÍRUS INFLUENZA, FICHA TÉCNICA E FICHA DE SEGURANÇA; DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E HIPOALERGÊNICO- Registro no Ministério da Saúde/ANVISA				
50	909369 - BENZINA (SOLVENTE) (1000ML) BENZINA - SOLVENTE (EMBALAGEM 1000ml)	L	50	21,13	1.056,50
51	913979 - CLOREXIDINA 0,12% SOLUÇÃO AQUOSA CLOREXIDINA 0,12% EM BASE AQUOSA = SOLUÇÃO AQUOSA DE CLOREXIDINA 0,12% UTILIZADO COMO ENXAGUATÓRIO BUCAL - LÍQUIDO, INCOLOR E INODORO, SOLUÇÃO ANTI-SÉPTICA, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 1 LITRO COM DISPENSER EM FORMA DE PUMP, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	L	1.500	33,65	50.475,00
52	912484 - CLOREXIDINA ALCOOLICA 0,5% COLORIDA 1000ML CLOREXIDINA ALCOOLICA 0,5% COLORIDA, FRASCO DE 1.000ML, PARA USO EM HEMODINAMICA. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, RESPONSAVEL TECNICO E REGISTRO NA ANVISA.	L	300	15,25	4.575,00
53	909606 - ESCOVA DEGERMANTE COM GLICONATO DE CLOREXIDINA ESCOVA DUPLA FACE PARA DEGERMAÇÃO DE PELE, DESCARTÁVEL, COM CORPO EM MATERIAL PLÁSTICO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, FLEXÍVEL, LIVRE DE DEFEITOS. UM DOS LADOS, CONTENDO CERDAS MACIAS QUE NÃO CAUSEM ABRASÃO, E OUTRO LADO, CONTENDO ESPONJA MACIA DE POLIURETANO, IMPREGNADA COM 22 ML DE SOLUÇÃO DE CLOREXIDINA A 2%. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO, PERMITA A ABERTURA E A TRANFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO,	PC	70.000	3,33	233.100,00

	PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.				
54	909371 - GLICERINA BRANCA LIQUIDA GLICERINA BRANCA LIQUIDA - DEMULCENTE, EMOLIENTE, UMECTANTE, HIDRATANTE - EMBALAGEM 1000ML	L	300	26,49	7.947,00
55	909533 - HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS.- REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ANVISA	L	20.000	7,32	146.400,00
56	909534 - HIPOCLORITO 2% DESINFETANTE HOSPITALAR - EMBALAGEM COM 5 LITROS.TEOR CLOR ATIVO VARIANDO ENTRE 2 A 2,5%	L	250	13,05	3.262,50
57	909368 - HIPOCLORITO SODIO PURO 10 - 12% HIPOCLORITO SODIO PURO 10-12% - USO HOSPITALAR (APRESENTAÇÃO EMBALAGEM INDIVIDUAL (LITRO) OU GALÃO)- Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da entrega- Registro no Ministério da Saúde/ANVISA	L	500	23,97	11.985,00
58	909372 - TINTURA DE BENJOIM 1000ML TINTURA DE BENJOIM (RESINA DE BENJOIM 20G em q.s.p. de VEÍCULO ALCOOLICO) - PROTETOR e CICATRIZANTE - EMBALAGEM DE 1000ML	L	100	103,93	10.393,00
59	909183 - VASELINA SOLIDA BRANCA 1000G VASELINA SOLIDA BRANCA POTE 1000G	Pote	50	74,51	3.725,50
Total Geral					4.500.353,74

Validade dos produtos:

- a) A validade mínima dos produtos será de acordo com o constante no descritivo de cada item.
- b) Para os itens onde não consta a validade, a mesma deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses.

DIVISÃO DAS QUANTIDADES LICITADAS ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE (SMS) E O HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ (HMSJ)

Item	Descrição	Código	Unidade de Medida	Quantidade da SMS	Quantidade do HMSJ
1	AGUA OXIGENADA 10 VOLUME 1000 ML - ACONDICIONADA EM FRASCO OPACO, APROXIMADAMENTE COM 1000 ML, CONSTANDO EXTERNAMENTE ROTULO N° DO LOTE, DATA DE FABRICACAO / VALIDADE.	917380	FRASCO	2.400	1.000
2	AGUA OXIGENADA 100 ML - ACONDICIONADA EM FRASCO OPACO, COM 100 ML, CONSTANDO EXTERNAMENTE ROTULO N° DO LOTE, DATA DE FABRICACAO/ VALIDADE.	761	FRASCO	13.500	-----
3	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70° INPM (100 ML) - TRATADO, PARA USO DESENFECTANTE EM AMBITO HOSPITALAR E FARMACEUTICO, EMBALAGEM SEGURA E RESISITENTE CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE	917382	FRASCO	1.200	-----
4	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70° INPM 1000 ML - ÁLCOOL ETÍLICO LIQUIDO, HIDRATADO 70% INPM 1000 ML TRATADO, PARA USO DESINFECTANTE EM ÂMBITO HOSPITALAR E FARMACÊUTICO, EMBALAGEM SEGURA E RESISTENTE CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, VALIDADE	917383	FRASCO	5.000	10.000
5	Álcool Etilico 70% para desinfecção hospitalar - Álcool etílico líquido, hidratado 70% INPM 1000 ml tratado, para desinfecção em âmbito hospitalar, embalagem segura e resistente, com tampa rosqueável, constando dados de identificação, lote, fabricação	15549	FRASCO	45.000	10.000

6	<p>Álcool em gel - 800 ML. Refil contendo álcool etílico hidratado à base de gel 70 (pp) c/ emoliente glicerina, odor característico, isento de perfume, hipoalergênico e atóxico, que promova a antiseptia das mãos, sem deixar resíduos aderentes. Acondicionada em embalagem individual que garanta a integridade do produto até sua utilização, constando externamente dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número da notificação no ms. Deve atender o disposto no anexo i da rdc nº 199, 30/10/2006 e rdc nº 42, de 25/10/2010.</p>	17566	FRASCO	10.000	2.000
7	<p>CERA LIQUIDA 5000 ML - CERA DE BASE ACRILICA PARA PISOS POROSOS E LAVAVEIS E DE GRANDE TRAFEGO, AUTO BRILHO, ASPECTO MOLHADO, FILME TRANSPARENTE E ALTA DURABILIDADE. ANTIDERRAPANTE, ACONDICIONADO EM GALAO (PEAD2) RESISTENTE PARA ARMAZENAR, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, LOTE, QUIMICO RESPONSAVEL, ISENCAO/REGISTRO NO M.S/ ANVISA.</p>	917428	GALÃO	500	500
8	<p>CLOREXIDINA ALCOOLICA 0,5% 100 ML - SOLUCAO DE GLUCONATO, PARA USO ANTIASSEPSIA DE PELE, EMBALAGEM SEGURA E RESISTENTE CONTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE</p>	918331	UNIDADE	3.000	4.000
9	<p>CLOREXIDINA AQUOSA 0,2% 100ML - SOLUCAO DE GLUCONATO, PARA USO ANTIASSEPSIA DE PELE, EMBALAGEM SEGURA E RESISTENTE CONTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APÓS EMISSAO DE NF DE ENTREGA</p>	918333	UNIDADE	5.000	1.500
10	<p>CLOREXIDINA DIGLUCONATO- CLOREXIDINA DIGLUCONATO, CONCENTRAÇÃO 0,2%, FRASCO DE 1.000 ML</p>	13683	FRASCO	1.500	-----
11	<p>CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% 100 ML - SOLUCAO DE GLUCONATO, DEGERMANTE, PARA USO ANTIASSEPSIA DE MAOS, EMBALAGEM SEGURA E RESISTENTE CONTANDO DADOS DE</p>	918335	UNIDADE	5.400	-----

	IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APOS EMISAO DE NF DE ENTREGA.				
12	DESINFETANTE LIQUIDO 500 ML - USO GERAL, CONCENTRADO, PERFUMADO, GERMICIDA, FRAGRANCIA DIVERSAS, EMBALAGEM (PEAD 2), RESISTENTE E SEGURA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO/ REGISTRO NO M.S./ ANVISA.	917508	FRASCO	3.600	-----
13	DESINFETANTE LIQUIDO 5000 ML - USO GERAL, CONCENTRADO, PERFUMADO, GERMICIDA, FRAGRANCIA DIVERSAS, EMBALAGEM (PEAD 2), RESISTENTE E SEGURA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO/ REGISTRO NO M.S./ ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA, ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA ARMAZENAMENTO.	917507	GALÃO	250	-----
14	DESODORIZADOR DE AMBIENTE - MODELO AEROSOL, SEM CFC, FRAGRANCIAS (EUCALIPTO, LAVANDA, FLORAL, TALCO), FIXACAO DE 7/4 HRS, APRESENTACAO MINIMA 400 ML, EM EMBALAGEM APROPRIDA E SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/ LOTE FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA.	917510	FRASCO	3.000	-----
15	DETERGENTE LIQUIDO 500 ML - NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUICAO AUTOMATICA, PARA LIMPEZA DE SUPERFICIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADAVEL, DERMATOLOGICO, EMBALAGEM, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA.	917512	FRASCO	12.000	-----
	DETERGENTE LIQUIDO 5000 ML - NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, DILUICAO AUTOMATICA, PARA LIMPEZA DE				

16	SUPERFICIES, LOUCA, PISO, PAREDE, GORDURA E SUJEIRA PESADAS EM GERAL, SEM CORANTE, BIODEGRADAVEL, DERMATOLOGICO, EMBALAGEM DE POLIETILENO, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, NAO RECICLADA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA.	917511	GALÃO	3.300	2.000
17	FORMOL 10% 1000 ML - FORMOL 10% EM EMBALAGEM DE 1000 ML - USO EM ANATOMIA PATOLOGIA E CONSERVAÇÃO DAS PEÇAS HISTOLÓGICAS.	780	UNIDADE	240	1.500
18	FORMOL 37% 1000 ML - COMPOSTO COM MINIMO 37% EM PESO E 40% EM VOLUME, APRESENTACAO MINIMA 1000 ML EM FRASCO PLASTICO ESCURO, RESISTENTE E SEGURO CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE, REGISTRO NO M.S. / ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APÓS EMISSAO DE NF DE ENTREGA	917421	LITRO	240	-----
19	HIPOCLORITO DE SODIO 1% 1000 ML BASE DE HIPOCLORITO DE SODIO CONCENTRACAO A 1% PARA USO EM DESINFECCAO HOSPITALAR, APRESENTACAO EM FRASCO PLASTICO, OPACA, PEAD 2, RESISTENTE E SEGURA, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE FABRICACAO, VALIDADE MINIMA DE 5 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. APRESENTAR JUNTO DA PROPOSTA FICHA TECNICA E REGISTRO MS/ ANVISA.	917422	LITRO	60.000	-----
20	HIPOCLORITO DE SODIO 11% 1000 ML- BASE DE HIPOCLORITO DE SODIO CONCENTRACAO A 10 A 14% PARA USO EM DESINFECCAO HOSPITALAR, APRESENTACAO EM FRASCO PLASTICO, ESCURA, PEAD 2, RESISTENTE SEGURO, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE FABRICACAO, VALIDADE REGISTRO NO M. S. / ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 5 MESES APÓS EMISSAO DE NF DE ENTREGA. APRESENTAR JUNTO DA PROPOSTA FICHA TECNICA E REGISTRO M.S. / ANVISA IDENTIFICANDO A CONCENTRACAO DO PRODUTO	917423	GALÃO	700	-----

21	HIPOCLORITO DE SODIO 2,5% 1000 ML - SOLUCAO DE HIPOCORITO DE SODIO A 2,5%, INDICADO PARA USO EM ODONTOLOGIA, APRESENTACAO MAXIMA 1000 ML EM FRASCO ESCURO, PEAD 2, SEGURO E RESISTENTE COM BICO DOSADOR CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE FABRICACAO, VALIDADE, REGISTRO NO M.S./ANVISA.	917424	FRASCO	120	-----
22	INSETICIDA - SPRAY AEROSOL PARA EXTERMINAR QUALQUER TIPO DE INSETO CASEIRO, EFICAZ, SEM CFC, BASE DE AGUA, APRESENTACAO MINIMA 300 ML, EMBALAGEM APROPRIADA E SEGURA, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO/REGISTRO NO M.S./ANVISA.	917724	FRASCO	1.300	-----
23	LUSTRA MOVEIS - BRANCO CREMOSO A BASE DE SILICONE, CERA, SOLVENTE. EMULSIFICANTE, PERFUME SUAVE, EMBALAGEM PLASTICA COM TAMPA TIPO ABRE FECHA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, LOTE, QUIMICO RESPONSAVEL, REGISTRO NO M.S / NOTIFICACAO NA ANVISA.	917505	FRASCO	1.000	-----
24	PASTA CRISTAL - PARA USO GERAL, EM LIMPEZA PESADA DE SUPERFICIE EM GERAL, A BASE DE COMBINACAO DE SABAO E AGENTE MINERAL, CRISTAL ROSA, APRESENTACAO EM EMBALAGEM APROPRIADA E SEGURA COM NO MINIMO 500 GR, DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/LOTE/FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO/REGISTRO NO M.S./ ANVISA.	917728	FRASCO	4.000	-----
25	SABAO DE COCO - EM BARRA COM MINIMO 200 G, PERFUME SUAVE, DE ACIDOS GRAXOS DE COCO, AGUA, GLICERINA, CONSERVANTE, COADJUVANTES, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL CONSTANDO DADOS IDENTIFICACAO, FABRICACAO, LOTE, PESO, ISENCAO / REGISTRO NO M.S. / ANVISA.	917504	UNIDADE	500	-----

26	SABAO EM PO - PARA HIGIENIZACAO DE ROUPAS/OUTROS COM BRANQUEADOR OPTICO, CORANTE, ENZIMAS, ESSENCIA, AROMA SUAVE, APRESENTACAO EM EMBALAGEM PLASTICA OU CAIXA RESISTENTE DE 1 KG CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, LOTE, QUIMICO RESPONSAVEL, ISENCAO/REGISTRO NO M.S/ ANVISA.	917506	UNIDADE	500	-----
27	SABONETE EM BARRA - 90 GR	920718	UNIDADE	300	-----
28	SABONETE LIQUIDO 5000 ML - CREMOSO, NEUTRO, SUPER CONCENTRADO, ESPUMANTE, PH NEUTRO, PEROLADO, FRAGRANCIA DIVERSAS, LIVRE DE CORANTE, DERMATOLOGICO, DILUICAO AUTOMATICA, APRESENTACAO 5 LITROS EM EMBALAGEM EM POLIETILENO NÃO RECICLADA, TAMPA TIPO LACRE ROSCA VEDADA, RESISTENTE, SEGURA DEVIDAMENTE ROTULADA COM IDENTIFICACAO/LOTE, FABRICACAO, RESPONSAVEL TECNICO, ISENCAO/REGISTRO NO M. S./ ANVISA.	917730	GALÃO	2.200	1.600
29	SOLUCAO DE MILTON - SOLUCAO DE HIPOCLORITO DE SODIO A 1% INDICADO PARA USO ODONTOLOGICO EM INSTRUMENTACAO E IRRIGACAO DE CANAIS, APRESENTACAO MINIMA 500 ML EM EMBALAGEM DE POLIETILENO RESISTENTE E SEGURA, DEVIDAMENTE ROTULADA, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE, CONCENTRACAO, RESPONSAVEL TECNICO, REGISTRO NO M.S. / ANVISA. ACONDICIONADA EM CAIXA RESISTENTE PARA EMPILHAMENTO. VALIDADE MINIMA DE 8 MESES APOS EMISSAO DE NF DE ENTREGA.	917736	FRASCO	500	-----
30	SOLUÇÃO DE MILTON 100 ML - SOLUCAO DE HIPOCLORITO DE SODIO A 1% INDICADO PARA USO ODONTOLOGICO EM INSTRUMENTACAO E IRRIGACAO DE CANAIS, APRESENTACAO MINIMA 500 ML EM EMBALAGEM DE POLIETILENO RESISTENTE E SEGURA, DEVIDAMENTE ROTULADA, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE, CONCENTRACAO, RESPONSAVEL TECNICO, REGISTRO NO M.S/ ANVISA.	781	UNIDADE	1.800	-----

31	VASELINA LÍQUIDA HOSPITALAR 100 ML - USO EM ÂMBITO AMBULATORIAL/HOSPITALAR CONTENDO ÁCIDO 100 ML, DENSIDADE 0,84 A 0,89, COM PONTO DE 42C A 44C, PORCENTAGEM DE 300C, INSOLÚVEL EM ÁGUA, EM BLOCOS, SULFATO MÁXIMO DE 5%, ESTADO FÍSICO LÍQUIDO, COM VISCOSIDADE 20C MÍNIMO 110 MPAS, COM VISCOSIDADE 40C MÍNIMO 34,5 CST, APRESENTAÇÃO MÍNIMA 100 ML EM FRASCO PLÁSTICO FOSCO, RESISTENTE, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO M.S./ANVISA.	917425	FRASCO	3.000	-----
32	VASELINA SOLIDA - VASELINA SOLIDA Q.S. 100%, COMPOSTA DE PARAFINA E OLEOS MINERAIS, COM APROXIMADAMENTE 500 GRAMAS. ATENDER NORMA NBR 14725, EMBALAGEM PLASTICA SEGURA, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE , FABRICACAO E VALIDADE.	917733	FRASCO	700	-----
33	LIMPADOR DE ALUMÍNIO	17508	LITRO	30	-----
34	REDUTOR DE PH PARA ÁGUA DE PISCINA	17509	LITRO	120	-----
35	CLARIFICANTE E AUXILIAR DE FILTRAÇÃO	17510	LITRO	48	-----
36	HIPOCLORITO DE SÓDIO 10 - 14% - EMBALAGEM COM 30 QUILOS	17511	BOMBONA	12	-----
37	MANGUEIRA SILICONADA PARA ASPIRAÇÃO DE PISCINA DE 1,5" (UMA POLEGADA E MEIA) COM 15 METROS	17512	UNIDADE	02	-----
	DETERGENTE ENZIMÁTICO - FUNDAMENTADO NA RDC 55/2012 CONTENDO NO MÍNIMO QUATRO ENZIMAS, SENDO OBRIGATÓRIO ENTRE ELAS: PROTEASE, AMILASE E LIPASE, TENSOATIVO NÃO-IÔNICO, QUE NÃO CONTENHA EM SUA FORMULAÇÃO SUBSTÂNCIAS CARCINOGENICAS, MUTAGENICAS E TERATOGENICAS PARA O HOMEM. PH NEUTRO, BIODEGRADÁVEL,				

38	NÃO CORROSIVO, NÃO ESPUMANTE E NÃO IRRITANTE DÉRMICO E OCULAR, DEGRADANDO OS CONTAMINANTES DE MATERIAIS EM AÇO INOXIDÁVEL, LÁTEX, SILICONE, PVC, VIDRARIA, FIBROSCÓPIOS E OUTROS EM ATÉ 5 MINUTOS, AGINDO EM RUGOSIDADES, FISSURAS, RANHURAS, ARTICULAÇÕES E LUZ DOS OBJETOS, APRESENTANDO EFICÁCIA NA AÇÃO, SEGUINDO-SE AS INSTRUÇÕES DE DILUIÇÃO DO FABRICANTE. DEVE POSSIBILITAR USO MANUAL E EM LAVADORAS AUTOMÁTICAS ULTRASSÔNICAS. EMBALAGEM RESISTENTE, TRAZENDO NO RÓTULO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO, CONCENTRAÇÕES ENZIMÁTICAS, DE LOTE, DATA DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONTER RECOMENDAÇÃO PARA MANUSEIO, DILUIÇÃO, VALIDADE DO PRODUTO APÓS DILUIÇÃO, TEMPO DE IMERSÃO DOS OBJETOS NO RÓTULO OU PROSPECTO INFORMATIVO ACOMPANHANTE DO FRASCO.	14823	LITRO DILUÍDO	6.000.000	6.000.000
39	CLOREXIDINA 0,5% ALCOOLICO 1000 ML PARA USO NA ANTISSEPSIA DO CAMPO OPERATORIO - PRODUTO PRONTO USO SEM ENXAGUE - ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 1 LITRO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	909298	LITRO	400	6.000
40	CLOREXIDINA 1% SOLUÇÃO AQUOSA TÓPICA EM BASE AQUOSA = LIQUIDO, INCOLOR E INODORO, SOLUÇÃO ANTI-SEPTICA, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 1 LITRO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	909469	LITRO	500	3.500
41	CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE - ANTI-SÉPTICO EMOLIENTE, COM EFEITO RESIDUAL A BASE DE CLOREXIDINA A 2%, COM VISCOSIDADE SUFICIENTE PARA SER ACONDICIONADO EM DISPENSER DE PAREDE COM ACIONAMENTO MANUAL.	909839	LITRO	500	4.000

	EMBALAGENS DE 1 LITRO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.				
42	VASELINA LÍQUIDA FARMACÊUTICA - VASELINA LÍQUIDA FARMACÊUTICA - EMOLIENTE PARA PELE, LUBRIFICANTE - EMBALAGEM 1000 ML.	909373	LITRO	-----	100
43	REMOVEDOR DE ESMALTE À BASE DE ACETONA - PRODUTO A SER UTILIZADO COM A FINALIDADE DE TIRAR ESMALTE DAS UNHAS DOS PACIENTES - EMBALAGEM DE 01 LITRO.	910277	LITRO	-----	20
44	ACIDO ACETICO 20% DESINCRUSTANTE À BASE DE ACIDO ACÉTICO 20% - USO HOSPITALAR - PROCEDIMENTOS NA ÁREA DE HEMODIALISE (EMBALAGEM 1 À 5 LITROS) - PRODUTO NOTIFICADO NA ANVISA	911301	LITRO	-----	120
45	ACIDO ACETICO 5% DESINCRUSTANTE À BASE DE ACIDO ACETICO 5% - USO HOSPITALAR - PROCEDIMENTOS NA ÁREA DE HEMODIÁLISE (EMBALAGEM 1 KG) - PRODUTO NOTIFICADO NA ANVISA	912477	LITRO	-----	120
46	ACIDO CITRICO 40% DESINFETANTE DESINCRUSTANTE À BASE DE ACIDO CITRICO 40% - USO HOSPITALAR - PROCEDIMENTOS NA ÁREA HEMODIALISE (EMBALAGEM DE 01 A 05 LITROS).	911302	LITRO	-----	12
47	ACIDO PERACETICO 0,09 A 0,31% C/5 LITROS SOLUÇÃO PARA DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL QUÍMICA À FRIO. COMPOSTO DE SOLUÇÃO DESINFETANTE DE AÇÃO RÁPIDA, TENDO COMO PRINCÍPIO ATIVO ACIDOPERACETICO DE 0,09% A 0,31% EM SOLUÇÃO PRONTA PARA USO, ACOMPANHADO DE INIBIDOR DE CORROSÃO, PH DE 3 A 7, COM FORMULAÇÃO TOTALMENTE BIODEGRADÁVEL, ATIVIDADE MÍNIMA DE 20 DIAS; O PRODUTO DEVERÁ PROMOVER AÇÃO ESPORICIDA, FUNGICIDA, BACTERICIDA E MICOBACTERICIDA EM ATÉ 10 MINUTOS, QUE DEVERÁ SER COMPROVADA POR	911245	GAL	-----	800

	MEIO DE LAUDOS EMITIDOS POR LABORATÓRIOS CREDENCIADOS À ANVISA; O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO COM, NO MÍNIMO, 15 FITAS POR BOMBONA, ESPECÍFICAS PARA O MONITORAMENTO DA CONCENTRAÇÃO DO ÁCIDO PERACÉTICO OFERTADO; EMBALAGEM CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE. VALIDADE DA SOLUÇÃO EM USO: MÍNIMO 20 DIAS. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. APRESENTAÇÃO: GALÃO DE 5.000 ML.				
48	ACIDO PERACETICO 3,5% (SEM ASSOCIAÇÕES) PRODUTO EXCLUSIVO PARA USO NA DESINFECÇÃO DAS MAQUINAS DE HEMODIALISE. O PRODUTO NÃO PODE CONTER OUTROS COMPONENTES ASSOCIADOS CONFORME ORIENTAÇÃO DO FABRICANTE E COMPATIVEL COM O EQUIPAMENTO GAMBRO. EMBALAGEM DE 1000 A 5000 ML. EMBALAGEM CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA E DATA DE VALIDADE.	911529	LITRO	-----	500
49	ALCOOL 70% GEL - SACHE 800 ML SISTEMA DOSADOR BAG-IN-BOX REFIL CONTENDO ALCOOL ETILICO HIDRATADO À BASE DE GEL, TRANSPARENTE, ODOR CARACTERISTICO (SEM PERFUME), ISENTO DE MATERIAL EM SUSPENSÃO, QUE NÃO DEIXE RESÍDUOS ADERENTES NAS MÃOS, COM CONCENTRAÇÃO NO INTERVALO DE 68% A 72% PP. ACONDICIONADO EM BOLSA PLÁSTICA RÍGIDA (REFIL) QUE CONTENHA SISTEMA DE ENCAIXE SEGURO E RESISTENTE COMPATÍVEL COM O DISPENSER PADRONIZADO NA INSTITUIÇÃO. APRESENTAR FICHA DE ATIVIDADE BACTERICIDA E EFICÁCIA PARA O VÍRUS INFLUENZA, FICHA TÉCNICA E FICHA DE SEGURANÇA; DERMATOLOGICAMENTE TESTADO E HIPOALERGÊNICO - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	910713	PC	-----	1.500
50	BENZINA (SOLVENTE) (1000 ML)	909369	LITRO	-----	50

51	CLOREXIDINA 0,12% SOLUÇÃO AQUOSA EM BASE AQUOSA = UTILIZADO COMO ENXAGUATORIO BUCAL LIQUIDO, INCOLOR E INODORO, SOLUÇÃO ANTI-SEPTICA, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 1 LITRO COM DISPENSER EM FORMA DE PUMP, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	913979	LITRO	-----	1.500
52	CLOREXIDINA ALCOOLICA 0,5% COLORIDA 1000 ML FRASCO DE 1000 ML, PARA USO EM HEMODINAMICA, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO E REGISTRO NA ANVISA.	912484	LITRO	-----	300
53	ESCOVA DEGERMANTE COM GLICONATO DE CLOREXIDINA ESCOVA DUPLA FACE PARA DEGERMAÇÃO DE PELE, DESCARTÁVEL, COM CORPO EM MATERIAL PLÁSTICO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, FLEXÍVEL, LIVRE DE DEFEITOS. UM DOS LADOS, CONTENDO CERDAS MACIAS QUE NÃO CAUSEM ABRASÃO, E OUTRO LADO, CONTENDO ESPONJA MACIA DE POLIURETANO, IMPREGNADA COM 22 ML DE SOLUÇÃO DE CLOREXIDINA A 2%. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO, PERMITA A ABERTURA E A TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSEPTICA, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	909606	PC	-----	70.000
54	GLICERINA BRANCA LIQUIDA - DEMULCENTE, EMOLIENTE, UMECTANTE, HIDRATANTE - EMBALAGEM 1000 ML	909371	LITRO	-----	300
55	HIPOCLORITO 1% DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIE FIXA - EMBALAGEM COM 5 LITROS - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	909533	LITRO	-----	20.000
	HIPOCLORITO 2% DESINFETANTE				

56	HOSPITALAR - EMBALAGEM COM 5 LITROS. TEOR CLOR ATIVO VARIANDO ENTRE 2 A 2,5%	909534	LITRO	-----	250
57	HIPOCLORITO SODIO PURO 10 - 12% USO HOSPITALAR (APRESENTAÇÃO EMBALAGEM INDIVIDUAL (LITRO) OU GALÃO) - VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA ENTREGA - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	909368	LITRO	-----	500
58	TINTURA DE BENJOIM 1000 ML (RESINA DE BENJOIM 20 G EM Q.S.P. DE VEÍCULO ALCOOLICO) - PROTETOR E CICATRIZANTE - EMBALAGEM DE 1000 ML	909372	LITRO	-----	100
59	VASELINA SOLIDA BRANCA 1000 G POTE	909183	POTE	-----	50

ANEXO II

Modelo de Proposta de Preços

Ao

Fundo Municipal de Saúde de Joinville

Item	Quant.	Código	Descrição	Unid.	Vlr. Máximo Unit.	Vlr. Máximo Total	Marca

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:

Prazo de Entrega:

Local de Entrega:

Condições de Pagamento:

Garantia:

Dados da Licitante:

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Fone: ()

Fax: ()

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante:

Fone: ()

Fax: ()

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:

Local e data:

Assinatura/Carimbo

ANEXO III

Declaração

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura

Razão Social da empresa

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

A empresa....., CNPJ nº, sediada (endereço completo), referente ao **Pregão 250/2018**, declara que não possui em seu quadro de funcionários diretores, gerentes, sócios e empregados que sejam servidores ou dirigentes da Administração Pública Municipal.

Nome, cargo e assinatura

Razão Social da empresa

Observação:

Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa licitante e assinado por seu representante legal.

ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Joinville por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal n.º 14.040, de 18 de dezembro de 2007, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 250/2018, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e homologado pelo Excelentíssimo Secretário Municipal, o Sr. Jean Rodrigues da Silva, RESOLVE registrar os preços para eventual Aquisição de materiais Químicos, Saneantes e Cosméticos, para atendimento de demanda da rede das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde e do Hospital Municipal São José, nas quantidades, termos e condições descritos no Edital e seus anexos, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame acima numerado, qual seja: _____ R\$ _____, irrealizáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente ata tem por objeto o registro para fornecimento, quando requerido, dos seguintes itens:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Item	Descrição	Fabricante	Un	Qtd	R\$ Uni	R\$ Total

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, a partir da sua publicação.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, **o Município de Joinville não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços**, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

3.1 – A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário.

3.2 – O prazo para fornecimento dos produtos será de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, a partir da solicitação formal (e-mail). O fornecimento será efetuado de maneira PARCELADA, com data e quantidade a ser definida na Nota de Empenho.

3.3 – Todas as despesas decorrentes do transporte e entrega do objeto correrão por conta do vencedor da licitação.

3.4 – O local de entrega dos produtos será:

a) Para a **Secretaria Municipal de Saúde**, na CAME - Coordenação Administrativa de Materiais e Equipamentos, na Rua Max Colin, 550 – Bairro América – Joinville/SC - CEP: 89204-040 - Fone: (47) 3434-0139. Horário de Entrega: 08:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira.

b) Para o **Hospital Municipal São José**, no Setor de Serviço de Estoque de Materiais, na Travessa São José, s/n, próxima à ACE – Centro – Joinville/SC. Horário de Entrega: 8h30m às 11h45m e das 13h30m às 16h30m, de segunda à sexta-feira.

3.5 – Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado a data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

4.1 – A contratação do(s) licitante(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

4.2 – Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento (AF):

4.2.1 – Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica do Contrato, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI)**;

4.2.1.1 – O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(es) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o link para acesso;

4.2.1.2 – É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

4.3 – Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato de fornecimento, a proponente vencedora obriga-se a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada;

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) neste **Pregão**, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.2 – O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura que deverá ser emitida em nome do Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho, acompanhado da liberação da Secretaria requisitante e das negativas fiscais (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS e a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas) regularizadas.

5.2.1 – Em operações em que seja incidente o imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, fica o contratado obrigado a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55,

em substituição à Nota Fiscal (física), modelo 1 ou 1-, conforme determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

5.3 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal na Unidade da Contabilidade.

5.4 – Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 – A entrega do objeto só estará caracterizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento (AF) dos itens.

6.2 – O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao Proponente/Contratado são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

7.2 – Penalidades que poderão ser cominadas aos Proponentes/Contratados, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, nos casos:

a) Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

a.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;

a.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00;

a.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,00.

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para

entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

c) Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:

c.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;

c.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00;

c.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,00.

d) De até 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato.

II – Impedimento de licitar e contratar com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o **descredenciamento** do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Joinville e do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento (AF) ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;

e) não manter a proposta;

f) desistir de lance realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

7.3 - As multas deverão ser pagas junto às *instituições financeiras* até o dia de pagamento que o PROPONENTE/CONTRATADO tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

7.4 – Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do PROPONENTE/CONTRATADO, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas do proponente ou contratado, nos termos do que dispõe o art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002.

7.5 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do PROPONENTE/CONTRATADO.

7.6 – Nenhum pagamento será realizado ao PROPONENTE/CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

8.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5 – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

8.6 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) apresentar Autorização de Funcionamento para Transporte de Medicamentos e/ou Certificado de Registro de Produto vencido;

d) presentes razões de interesse público.

9.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

9.4 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA.

10.1 – As aquisições dos objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 – As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Joinville - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, por estarem assim justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Contratante.

Pregoeiro(a):

Equipe de apoio:

De acordo:

Jean Rodrigues da Silva
Secretário Municipal de Saúde

(Contratada)
(nome do representante)

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N°. xxx/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOINVILLE ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, E A EMPRESA -----

O **Município de Joinville** por intermédio do **Fundo Municipal de Saúde**, com sede à Rua: Araranguá, 397, CEP 89.204-310, Bairro América, Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.184.821/0001-37, inscrição estadual isenta, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo seu Secretário Municipal, o Sr. Jean Rodrigues da Silva, brasileiro,

inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx, e a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede a Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, representada neste ato por seu Representante Legal Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Procurador, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx doravante designada **CONTRATADA** vencedora do **Pregão Eletrônico SRP nº 250/2018**, firmam o presente instrumento destinado á aquisição de materiais especificados na Cláusula Primeira – Do Objeto – obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes das cláusulas seguintes e sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, a Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, com aplicação subsidiária a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais, municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1– Este contrato tem por objeto a **Aquisição de materiais Químicos, Saneantes e Cosméticos, para atendimento de demanda da rede das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde e do Hospital Municipal São José**, conforme descrição abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 – Os materiais deverão ser entregues parceladamente, no prazo de até 10 (dez) dias, após o recebimento da Nota de Empenho, na CAME - Coordenação Administrativa de Materiais e Equipamentos, na Rua Max Colin, 550 – Bairro América – Joinville/SC - CEP: 89204-040 - Fone: (47) 3434-0139. Horário de Entrega: 08:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira.

2.2 – Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 250/2018** e à proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), irrealizáveis, de acordo com os valores especificados na Proposta.

3.2 - O pagamento será efetuado em até 30 dias mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura na xxxxxxxxxxxxxxxx, emitida pela **CONTRATADA**, conforme o bem adquirido, com

certificação do correspondente.

3.3 - O pagamento será efetivado mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Nota fiscal.

b) Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, Prova de Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Prova de regularidade relativa à Débitos Trabalhistas;

c) Guia de ICMS com recolhimento pela substituição tributária para empresas fora do Estado de Santa Catarina.

3.4 – Se houver tributos a serem retidos no fornecimento do serviço os mesmos serão retidos na forma da lei.

3.5 - Em caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO PARA FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA:

4.1 – A vigência do contrato será até 31 de dezembro do ano correspondente, contados a partir da data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo deste instrumento.

4.2 - O prazo para fornecimento dos produtos será de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, a partir da solicitação formal (e-mail). O fornecimento será efetuado de maneira PARCELADA, com data e quantidade a ser definida na Nota de Empenho.

4.3 - O local para entrega dos produtos será na CAME - Coordenação Administrativa de Materiais e Equipamentos, na Rua Max Colin, 550 – Bairro América – Joinville/SC - CEP: 89204-040 - Fone: (47) 3434-0139. Horário de Entrega: 08:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira.

4.4 – Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado a data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 – Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do edital do processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO nº 250/2018**.

7.2 – Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros.

7.3 – Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto deste contrato.

7.4 – Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à perfeita realização do objeto contratado, fornecendo-o em perfeitas condições e de acordo com a fiscalização do **MUNICÍPIO**.

7.5 – Manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração.

7.6 - Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela **Secretaria Municipal da Saúde de Joinville**, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações do fabricante.

7.7 - Comunicar à CAME- Coordenação Administrativa de Materiais e Equipamentos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.8 - Caso o Fabricante ou produto venha a ser interditado, a empresa fornecedora deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, devendo previamente obter a homologação da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville para o produto proposto para substituição, sem custo para o município.

7.9 - Caso o bem não corresponda ao exigido no respectivo edital, a empresa CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 05 (dias) dias úteis a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Contrato, no Edital, na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.090/90);

7.10 - Não poderão ser modificadas as quantidades, unidades e especificações do objeto contratado.

7.11 - Entregar os produtos em embalagem segura e resistente constando dados de identificação, lote, fabricação e validade.

7.12 - Condições de garantia: Conforme normas do código de defesa do consumidor.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao Proponente/Contratado são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

8.2 – Penalidades que poderão ser cominadas aos Proponentes/Contratados, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, nos casos:

a) Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

a.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;

a.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00;

a.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,00.

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

c) Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:

c.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;

c.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00;

c.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,00.

d) De até 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato.

II – Impedimento de licitar e contratar com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o **descredenciamento** do Cadastro Central de Fornecedores do

Município de Joinville e do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002:

- a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento (AF) ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;
- e) não manter a proposta;
- f) desistir de lance realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

8.3 - As multas deverão ser pagas junto às *instituições financeiras* até o dia de pagamento que o PROPONENTE/CONTRATADO tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

8.4 – Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do PROPONENTE/CONTRATADO, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas do proponente ou contratado, nos termos do que dispõe o art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002.

8.5 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do PROPONENTE/CONTRATADO.

8.6 – Nenhum pagamento será realizado ao PROPONENTE/CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1 - A rescisão do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, pela Lei 9.648/98, Lei 12.349/2010 e demais legislações vigentes;

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

c) constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98;

d) em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

e) a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.

f) ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no inciso IX do art.55 da Lei nº 8.666/93 e previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

9.2 -Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do **CONTRATANTE**, a rescisão importará em:

a) aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o MUNICÍPIO e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

b) declaração de inidoneidade quando a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do MUNICÍPIO. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurado a defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 – Nos termos do previsto no artigo 55, inciso XII, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

a) Lei nº. 8.666/93 e alterações;

b) Lei nº. 10.520/02;

c) Código de Defesa do Consumidor;

- d) Código Civil;
- e) Código Penal;
- f) Código Processo Civil;
- g) Código Processo Penal;
- h) Estatuto da Criança e do Adolescente;
- i) Demais legislações correlatas.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA SUSPENSÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1 - Na hipótese, considerando a forma de fornecimento o **CONTRATADO** não pode deixar de entregar o bem, sob qualquer pretexto, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra (art. 78, inciso XV, Lei n. 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 250/2018

12.1 - Este contrato vincula-se ao edital **Pregão Eletrônico SRP n.º 250/2018** e à proposta do **CONTRATADO**, nos termos do previsto no inciso XI, do artigo 55, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1 - O **CONTRATADO** fica obrigado a manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 – A gestão do termo contratual será realizada pelo **Fundo Municipal de Saúde**, sendo os mesmos responsáveis pela fiscalização do contrato e recebimento do objeto licitado, devendo observar o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato consoante previsto no § 2º, do artigo 55, da Lei 8.666/93, fixa-se o Foro da Comarca de Joinville/SC.

E, por estarem assim justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Contratante.

Jean Rodrigues da Silva

Secretário Municipal de Saúde

(Contratada)

(nome do representante)

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº. xxx/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ, E A EMPRESA -----

O **Hospital Municipal São José**, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº 238, CEP 89.202-000, Bairro Anita Garibaldi, Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.703.248/0001-09, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo seu Diretor Presidente, o Sr. Jean Rodrigues da Silva, brasileiro, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx, e a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede a Rua

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, representada neste ato por seu Representante Legal **Sr.**

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Procurador, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx doravante designada **CONTRATADA** vencedora do **Pregão Eletrônico SRP nº 250/2018**, firmam o presente instrumento destinado à aquisição de materiais especificados na Cláusula Primeira – Do Objeto – obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes das cláusulas seguintes e sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, a Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, com aplicação subsidiária a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais, municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1– Este contrato tem por objeto a **Aquisição de materiais Químicos, Saneantes e Cosméticos, para atendimento de demanda da rede das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde e do Hospital Municipal São José**, conforme descrição abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 – Os materiais deverão ser entregues parceladamente, no prazo de até 10 (dez) dias, após o recebimento da Nota de Empenho, no Setor de Serviço de Estoque de Materiais, na Travessa São José, s/n, próxima à ACE – Centro – Joinville/SC. Horário de Entrega: 8h30m às 11h45m e das 13h30m às 16h30m, de segunda à sexta-feira.

2.2 – Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 250/2018** e à proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, irrecorríveis, de acordo com os valores especificados na Proposta.

3.2 - O pagamento será efetuado em até 30 dias mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura na xxxxxxxxxxxxxxxx, emitida pela **CONTRATADA**, conforme o bem adquirido, com certificação do correspondente.

3.3 - O pagamento será efetivado mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Nota fiscal.

b) Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, Prova de Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Prova de regularidade relativa à Débitos Trabalhistas;

c) Guia de ICMS com recolhimento pela substituição tributária para empresas fora do Estado de Santa Catarina.

3.4 – Se houver tributos a serem retidos no fornecimento do serviço os mesmos serão retidos na forma da lei.

3.5 - Em caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO PARA FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA:

4.1 – A vigência do contrato será até 31 de dezembro do ano correspondente, contados a partir da data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo deste instrumento.

4.2 - O prazo para fornecimento dos produtos será de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, a partir da solicitação formal (e-mail). O fornecimento será efetuado de maneira PARCELADA, com data e quantidade a ser definida na Nota de Empenho.

4.3 - O local para entrega dos produtos será no Setor de Serviço de Estoque de Materiais, na Travessa São José, s/n, próxima à ACE – Centro – Joinville/SC. Horário de Entrega: 8h30m às 11h45m e das 13h30m às 16h30m, de segunda à sexta-feira.

4.4 – Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado a data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 – Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do edital do processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO nº 250/2018**.

7.2 – Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros.

7.3 – Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto deste contrato.

7.4 – Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à perfeita realização do objeto contratado, fornecendo-o em perfeitas condições e de acordo com a fiscalização do **HOSPITAL**.

7.5 – Manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração.

7.6 - Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo **Hospital Municipal São José**, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações do fabricante.

7.7 - Comunicar ao Setor de Serviço de Estoque de Materiais, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.8 - Caso o Fabricante ou produto venha a ser interditado, a empresa fornecedora deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, devendo previamente obter a homologação do Hospital Municipal São José para o produto proposto para substituição, sem custo para o mesmo.

7.9 - Caso o bem não corresponda ao exigido no respectivo edital, a empresa CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 05 (dias) dias úteis a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Contrato, no Edital, na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.090/90);

7.10 - Não poderão ser modificadas as quantidades, unidades e especificações do objeto contratado.

7.11 - Entregar os produtos em embalagem segura e resistente constando dados de identificação, lote, fabricação e validade.

7.12 - Condições de garantia: Conforme normas do código de defesa do consumidor.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao Proponente/Contratado são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

8.2 – Penalidades que poderão ser cominadas aos Proponentes/Contratados, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, nos casos:

a) Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

a.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;

a.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00;

a.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,00.

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

c) Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:

c.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;

c.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00;

c.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,00.

d) De até 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato.

II – Impedimento de licitar e contratar com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o **descredenciamento** do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Joinville e do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho

de 2002:

- a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento (AF) ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;
- e) não manter a proposta;
- f) desistir de lance realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

8.3 - As multas deverão ser pagas junto às *instituições financeiras* até o dia de pagamento que o PROPONENTE/CONTRATADO tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

8.4 – Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do PROPONENTE/CONTRATADO, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas do proponente ou contratado, nos termos do que dispõe o art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002.

8.5 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do PROPONENTE/CONTRATADO.

8.6 – Nenhum pagamento será realizado ao PROPONENTE/CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1 - A rescisão do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, pela Lei 9.648/98, Lei 12.349/2010 e demais legislações vigente;

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

c) constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98;

d) em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

e) a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.

f) ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no inciso IX do art.55 da Lei nº 8.666/93 e previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

9.2 -Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do **CONTRATANTE**, a rescisão importará em:

a) aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o MUNICÍPIO e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

b) declaração de inidoneidade quando a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do MUNICÍPIO. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurado a defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 – Nos termos do previsto no artigo 55, inciso XII, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

a) Lei nº. 8.666/93 e alterações;

b) Lei nº. 10.520/02;

c) Código de Defesa do Consumidor;

d) Código Civil;

- e) Código Penal;
- f) Código Processo Civil;
- g) Código Processo Penal;
- h) Estatuto da Criança e do Adolescente;
- i) Demais legislações correlatas.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA SUSPENSÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1 - Na hipótese, considerando a forma de fornecimento o **CONTRATADO** não pode deixar de entregar o bem, sob qualquer pretexto, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra (art. 78, inciso XV, Lei n. 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 250/2018

12.1 - Este contrato vincula-se ao edital **Pregão Eletrônico SRP n.º 250/2018** e à proposta do **CONTRATADO**, nos termos do previsto no inciso XI, do artigo 55, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1 - O **CONTRATADO** fica obrigado a manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 – A gestão do termo contratual será realizada pelo **Hospital Municipal São José**, sendo os mesmos responsáveis pela fiscalização do contrato e recebimento do objeto licitado, devendo observar o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato consoante previsto no § 2º, do artigo 55, da Lei 8.666/93, fixa-se o Foro da Comarca de Joinville/SC.

E, por estarem assim justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Contratante.

Jean Rodrigues da Silva

Diretor Presidente

(Contratada)

(nome do representante)

Justificativa para exigência de índices financeiros

O Fundo Municipal de Saúde de Joinville vem, pela presente, justificar a exigência dos índices financeiros previstos no **Edital de Pregão nº 250/2018**.

9 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, subitem i.2 – Demonstrativos dos Índices: serão habilitadas apenas as empresas que apresentarem índices que atendam as condições abaixo:

Liquidez geral \geq 1,00

Grau de Endividamento \leq 1,00

Os índices estabelecidos não ferem o disposto no art. 31, da Lei 8.666/93 e foram estabelecidos

no seu patamar mínimo aceitável, para avaliar a saúde financeira da empresa.

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no Item 9 subitem i.2 do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O índice de Liquidez Geral identifica a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que se converterá em dinheiro (a curto e a longo prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida (a curto e a longo prazo).

O índice de Endividamento nos revela o nível de endividamento da empresa, ou seja o quanto que o ativo esta sendo financiado por capitais de terceiros. Os índices maiores que 0,70 indicam que os capitais de terceiros superam o ativo (bens e direitos).

Os índices estabelecidos para a Licitação em pauta ($LG \geq 1,00$) e (Índice de Endividamento Total – $GE \leq 1,00$) não ferem o disposto no Art. 31, da Lei 8.666/93 e foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável, para avaliar a saúde financeira da empresa.



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio da Rosa, Diretor (a) Executivo (a)**, em 04/09/2018, às 13:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Rodrigues da Silva, Secretário (a)**, em 04/09/2018, às 15:22, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **2364273** e o código CRC **3C85AFA0**.

Rua Araranguá, 397 - Bairro América - CEP 89204-310 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br